



PARECER JURÍDICO

PROCESSO N°.....: 7/2020-013

INTERESSADO.....: Fundo Municipal de Saúde-FMS

ASSUNTO.....: CONTRATAÇÃO DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE CABINE DE DESINFECÇÃO E INSUMOS UTILIZADOS NA DESINFECÇÃO, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE PUBLICA DE IMPORTANCIA INTERNACIONAL DECORREN TE DO CONORA VIRUS, CONFORME O ART 4º DA LEI 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

EMENTA.....: Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.

Vem ao exame desta Consultoria Jurdica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor AGUA NORTE - TRATAMENTO DE AGUA E SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA visando atender as necessidades da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2020 Atividade 1313.103010200.2.048 ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE - CORONAVIRUS (COVID-19), Classificação econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente, Exercício 2020 Atividade 1313.103010200.2.048 ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAÚDE - CORONAVIRUS (COVID-19), Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento



Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS



licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é mais vantajosa para a administração.

Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, assim como a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer, sub censura.

BOM JESUS DO TOCANTINS - PA, 29 de Abril de 2020

Assessoria Jurídica